

Se há processo que hoje, na esfera cultural e artística, mais precisa de ser compreendido e interpretado é a digitalização. Assim o exigem as mudanças radicais que têm estado a estimular e a reconfigurar o fazer da arte, o *ethos* artístico e também as modalidades de difusão e a própria relação dos indivíduos com as obras. Foram estas transformações, aceleradas por uma rede de computação que ganhou alcance mundial no dealbar do século XXI, que começaram por realçar, para os organizadores deste livro, a importância de promover uma reflexão sobre a conexão entre o digital, a cultura e as artes.

Esta obra apresenta treze capítulos que compõem uma abordagem multidisciplinar e estruturada em quatro núcleos temáticos. Nela o leitor pode encontrar ensaios críticos em torno das condições de produção, disseminação e incorporação das novas tecnologias da informação e da comunicação; estudos de caso sobre a migração de legados artísticos, como os do poeta Fernando Pessoa e do pintor António Dacosta, para o ambiente digital; análises de iniciativas de digitalização de reconhecidas instituições culturais portuguesas, como a Biblioteca Nacional de Portugal e a Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema; e pesquisas empíricas sobre o modo como os indivíduos integram os meios digitais na leitura e noutras práticas sociais. O livro é dirigido a todos os leitores interessados nas áreas de ciências sociais, estudos de cultura, ciências da comunicação, estudos literários e humanidades digitais.

Com *Cultura e Digital em Portugal*, os organizadores dão a conhecer um conjunto plural e alargado de pontos de vista, ideias e análises com que buscam contribuir para um pensar reflexivo e crítico sobre a cultura e o processo de digitalização.



TERESA DUARTE MARTINHO, JOÃO TEIXEIRA LOPES, JOSÉ LUÍS GARCIA (Orgs.)

# Cultura e Digital em Portugal



9	<b>Introdução</b> ■ Teresa Duarte Martinho, João Teixeira Lopes e José Luís Garcia
17	<b>PARTE I: ENQUADRAMENTOS</b>
19	<b>Capítulo 1: A hegemonia cibertecnológica em curso – uma perspetiva crítica</b> ■ Hermínio Martins e José Luís Garcia
24	Da ideia de sociedade de informação à constelação informacional/computacional
34	A web, a sociedade de redes e a emergência do Homo Connexus
36	Conclusão
36	Referências
39	<b>Capítulo 2: A nova economia criativa: design social e cultura da participação</b> ■ Maria Teresa Cruz
39	Introdução
40	A arte como prática colaborativa
44	Comunicação e design
49	Referências
51	<b>Capítulo 3: Em linha com a União Europeia? O digital na política para a cultura em Portugal</b> ■ Teresa Duarte Martinho
51	Introdução
56	Na direção da sociedade de informação, do digital e a metáfora da rede
58	Dos apoios comunitários e da força motora do Europeia
63	A Agenda Digital para a Europa e o problema comum do direito de autor e da cópia privada
66	Considerações finais
67	Referências
73	<b>PARTE II: DOMÍNIOS</b>
75	<b>Capítulo 4: Do livro ao arquivo: o dispositivo digital</b> ■ Maria Augusta Babo
75	Introdução
76	Do livro ao arquivo
82	A autoria no digital

84	A hibridação do arquivo digital
86	Efeitos do hipermédia nos modos de receção
86	Conclusão que não pretende retirar conclusões
89	Referências
89	<b>Capítulo 5: A simulação da performatividade literária no <i>Arquivo LdoD</i> ■</b>
	Manuel Portela
89	Introdução: um contexto editorial híbrido
91	Práticas e modelos de edição crítica digital
97	Da representação à simulação: para além do horizonte bibliográfico no <i>Arquivo LdoD</i>
100	Referências
103	<b>Capítulo 6: Catalogar e publicar na <i>cyber-cittá</i> – reflexões a partir da experiência do catálogo <i>raisonné</i> digital de António Dacosta ■</b>
	Fernando Rosa Dias
103	Introdução: apresentação do «objecto»
106	Ecrã e tecla: a contemplação na ponta dos dedos
111	Do museu imaginário ao museu global
115	Referências
117	<b>Capítulo 7: Microcinema, uma nova modalidade de produção cinemática do tempo do digital ■</b>
	Marta Pinho Alves
118	Microcinema ou a produção cinemática de pequeníssima escala
120	As práticas do microcinema
132	Considerações finais
133	Referências
135	<b>PARTE III: INICIATIVAS</b>
137	<b>Capítulo 8: O efeito Lucas no contexto da museologia cinematográfica</b>
	■ Teresa Barreto Borges
137	Introdução
140	Acesso digital e preservação das imagens em movimento
144	Referências
145	<b>Capítulo 9: Contexto atual e perspectivas futuras da Biblioteca Nacional Digital</b>
	■ Helena Simões Patrício
145	Introdução
147	Criação, gestão, disseminação e preservação de conteúdos digitais
151	Integração da Biblioteca Nacional Digital em redes
157	Conclusão
158	Referências
161	<b>Capítulo 10: Sistemas Matriz: instrumentos para a gestão e o acesso ao património cultural ■</b>
	Paulo Ferreira da Costa
161	Introdução
162	Inventário dos inventários
165	Evidências prévias
168	Matriz(es): história de três gerações
173	Um possível <i>case-study</i> futuro

178	Conclusão
178	Referências
<b>181</b>	<b>PARTE IV: RECEÇÕES</b>
<b>183</b>	<b>Capítulo 11: Participação sociocultural e mundos digitais: novas oportunidades, novos constrangimentos ■ João Teixeira Lopes</b>
183	Nota introdutória
184	Espaços híbridos ou esfera dissociada
185	O que nos dizem os indicadores em Portugal
188	Dualização em rede
189	Nota conclusiva
190	Referências
<b>193</b>	<b>Capítulo 12: Modos de relação com a leitura impressa e digital em Portugal ■ José Soares Neves</b>
193	Introdução
193	A sociologia da leitura, entre o impresso e o digital
197	Modos de relação com a leitura em Portugal
203	As «velhas» e «novas» desigualdades sociais no acesso à leitura
204	Notas finais
205	Referências
<b>209</b>	<b>Capítulo 13: Culturas juvenis e desfavorecimento digital: o projeto RadioActive ■ Ana Jorge e Maria José Brites</b>
209	Introdução
210	Acesso, usos, competências e educação digitais
212	Meios digitais, rádio e música
213	O contexto do RadioActive
215	Produção de rádio <i>online</i> por crianças e jovens
218	Conclusões
219	Referências
<b>223</b>	<b>Sobre os autores</b>

Se processo há, na esfera cultural e artística, que hoje precisa ser compreendido e interpretado é a digitalização, pelas mudanças radicais que tem estado a impulsionar no fazer das obras de arte, no *ethos* artístico, nos modos de produção e difusão e na própria relação dos indivíduos com as obras. Foram estas transformações, aceleradas por uma rede de computação que ganhou alcance mundial no dealbar do século XXI, que começaram por realçar, para os organizadores deste livro, a importância de promover uma reflexão e um debate que relacionasse o digital com os setores da cultura e das artes.

Outro fator motivador foi a emergência, nos discursos dos responsáveis pelo setor cultural, em Portugal e em instâncias internacionais como a União Europeia, de uma linha de orientação programática valorizadora da digitalização da cultura e das artes, acompanhada pelo apoio declarado às designadas indústrias criativas. Isto, num enquadramento que importa ter bem presente. Por um lado, a «euforia dos ‘desafios da modernização’», que Portugal e as políticas públicas integraram no pós-25 de Abril de 1974 (Ribeiro, 1986), conjugada com os diminutos orçamentos para a cultura, tem tido o efeito de reduzir o tempo para pensar e propor alternativas às diretivas derivadas da União Europeia. Por outro lado, na fase mais recente das políticas culturais, e no que constitui uma tendência que está a ser incentivada por diversos países, o conceito de cultura tem sido crescentemente dilatado e o peso económico do setor torna-se cada vez mais a razão principal do seu interesse, levando, assim, a cultura a «entrelaçar-se de mil maneiras» com a dinâmica socioeconómica (Morató, 2012).

Quanto a condições de receção e participação, a par do discurso institucional que defende e patrocina os recursos digitais em nome do acesso de todos à cultura e de uma rápida transição para o digital, persistem na sociedade portuguesa fortes discrepâncias nos acessos e usos das tecnologias digitais. Acresce que a digitalização de objetos culturais e artísticos – se bem que, para além das possibilidades de recriar, proporcione imprevistos meios de disseminação da informação e do conhecimento – levanta problemas e dilemas ao nível da seleção de conteúdos, da compatibilidade de sistemas, dos custos requeridos e também da própria adequação dos enquadramentos legais existentes.

A discussão que se procurou estimular concretizou-se nos treze capítulos reunidos neste livro, contendo uma abordagem multidisciplinar, cuja diversidade é constantemente religada pelo facto de os vários textos, com todas as suas especificidades, representarem ramificações do tema de partida. O conjunto divide-se em 4 núcleos de textos que os organizadores entenderam ter mais afinidades, numa estrutura portadora de mais sentido para a leitura. O leitor, no labor pessoal de receção dos artigos aqui reunidos, tem a possibilidade de descortinar outras hipóteses de (re) associação.

Na Parte I, intitulada *Enquadramentos*, integram-se três capítulos que proporcionam outros tantos panoramas sobre o digital nas sociedades contemporâneas. No capítulo 1, de Hermínio Martins e José Luís Garcia, *A hegemonia cibertecnológica em curso – uma perspetiva crítica*, os autores começam por revisitar as origens da muito banalizada e quase naturalizada noção de ‘sociedade de informação’. O capítulo aborda a remodelação do ambiente comunicacional e cultural que tem vindo a ser estimulada pela constelação informacional/computacional e subsequente processo de digitalização, e reflete sobre as suas implicações para as sociedades humanas, incluindo a opulência informativa (Moles, 1986) que caracteriza o ambiente comunicacional contemporâneo e as condições do novo processo da relação cognitiva com o mundo informativo. É na ‘sociedade de informação’ que se radica a ‘tripla revolução’ da Internet, Web e *smartphones*, materializada no quotidiano, e entre outras manifestações, na ubiquidade do ecrã eletrónico. A revolução digital em curso e as suas linhas de confluência com muitos dos desenvolvimentos da economia de mercado são aqui também alvo da atenção dos autores, que se debruçam igualmente sobre a remodelação cultural e social que decorre daquela revolução.

Já o capítulo 2, de Maria Teresa Cruz, *A nova economia criativa: design social e cultura da participação*, propõe examinar criticamente a implosão ideológica dos valores da cultura estética e da cultura técnica que alimenta as indústrias criativas do presente, focando especialmente o papel do design no agenciamento estratégico da criatividade, da tecnologia e das práticas. A ideia de «design social», defende a autora, tornou-se numa das temáticas centrais da cultura contemporânea, nomeadamente associada à sua viragem para uma cultura da participação. A sua perspectiva compreende a construção de comunidades inovadoras, inclusivas e sustentáveis através da disseminação da racionalidade do design e da sua transformação numa prática alargada. Uma tal visão implica que os indivíduos se envolvem ativa e criativamente na solução de problemas que dizem respeito ao comum, no plano da sua vizinhança ou da sua comunidade local, mas também no plano de causas nacionais ou até globais, respeitantes à sociedade, à economia, à ecologia, etc. Se a relação entre tecnologia e utopia atravessa diferentes épocas, a tríade ‘criatividade-design-ativismo’ tem implícita a adesão a novas utopias que fazem simultaneamente uso dos valores da cultura estética e das possibilidades técnicas de organização e de capacitação das novas tecnologias da informação.

O terceiro capítulo, de Teresa Duarte Martinho, *Em linha com a União Europeia? O digital na política para a cultura em Portugal*, centra a análise em Portugal, e propõe uma reconstituição das orientações políticas para a digitalização no sector da cultura, iden-

tificando as condições em que emerge e como tem evoluído. Uma vez que as políticas públicas encontram nas políticas da União Europeia o seu principal impulso e motor, o capítulo desenvolve-se num constante contraponto entre o cenário português e o comunitário, mostrando como as diretivas e os planos de ação da UE têm guiado o andamento e as iniciativas em matéria de digitalização da cultura em Portugal. Isto, ainda que ao ritmo dos muito limitados e decrescentes recursos financeiros afetos ao setor da cultura e sem a distância reflexiva perante aquelas orientações comunitárias. A discussão e o debate que acompanharam a preparação e o processo de aprovação, em 2015, da lei da cópia privada são reveladores de um dos paradoxos do tempo do digital, que o recente anúncio de um mercado único digital para os países da UE reacende: as tecnologias digitais permitem distribuir e recriar em múltiplos aspectos a arte e a cultura; no entanto, pretende-se gerir a massificação do conhecimento e da capacidade criativa no mundo digital através da renovação de alguns artigos das leis de propriedade intelectual sem rever os seus fundamentos.

A literatura, as artes visuais e o cinema, bem como as mutações que o digital produziu nas suas materialidades, estão no centro da Parte II, intitulada *Domínios*. Em *Do livro ao arquivo: o dispositivo digital*, Maria Augusta Babo discute a alteração do escrito e a sua passagem do livro ao arquivo digital em rede. Segundo a autora, o novo dispositivo vem relacionar entre si textos diversos manifestando uma tendência para a sua desierarquização e hibridação, tendência que vai, ainda, no sentido do devir anónimo do texto. Dir-se-ia que a rede, ao abrir a participação e ao tornar interativa a escrita e a leitura, sobre-codificou o dispositivo onde autores e leitores mergulham, até à imersão completa. Por outro lado, a rede poderá vir a permitir estabelecer um princípio de investigação contributiva que pretende analisar a mutação efetuada nos saberes de toda a ordem, formando um ecossistema digital, que poderá operar mutações na lógica da produção-consumo de informação.

Com o capítulo *A simulação da performatividade literária no Arquivo LdoD*, de Manuel Portela, fixamo-nos na muito reconhecida obra de Fernando Pessoa, o *Livro do Desassossego*. Depois de descrever o contexto editorial híbrido que caracteriza os atuais modelos de edição crítica digital, o texto teoriza a simulação da performatividade literária no *Arquivo LdoD*. A um conjunto de funcionalidades de simulação representacional – que reconstituem quer a génética autoral do *Livro do Desassossego*, quer a sua socialização editorial entre 1982 e 2012 –, o *Arquivo LdoD* acrescenta uma série de possibilidades de simulação performativa, que permitem aos interatores reconcetualizar e rematerializar a obra a nível editorial e autoral. Esta camada dinâmica e social do *Arquivo LdoD* possibilita reeditar o texto – selecionando, organizando e anotando os fragmentos – e reorganizá-lo – criando variações ancoradas em passos específicos dos fragmentos. Segundo o autor, o seu objetivo é tornar dinâmico o arquivo, mostrando o trânsito entre arquivo e edição, e entre escrita e edição. A noção de livro como unidade concetual e material é substituída pela noção de livro como motor de produção e organização da escrita.

No capítulo *Catalogar e publicar na cyber-cittá – reflexões a partir da experiência do catálogo raisonné digital de António Dacosta*, de Fernando Rosa Dias, debatem-se as



implicações das novas tecnologias nos processos de documentação, arquivo e mediação. O texto começa por estabelecer um confronto com os limites dos catálogos tradicionais, cingidos a organizar cronologicamente por obra (*visão analítica*), enquanto o catálogo digital permite a passagem rápida de diferentes reorganizações, dispondo uma *visão sintética e relacional*. Esta diferença permite ainda um confronto com a clássica noção de *museu imaginário* (de André Malraux), colocando-o em analogia com o *Bilderatlas Mnemosyne* (*Atlas de Imagens Mnemosine*) de Aby Warburg e o seu modo de «échelle fotográfico», num conhecimento pela montagem e relação. Exploram-se as diferenças de manuseamento, entre a pausa da página do catálogo tradicional e as implicações da imagem e texto em ecrã, no qual as dinâmicas se resolvem na velocidade de um *clique*. Os processos de associação e relação são imediatos, substituindo a contemplação da imagem. Se os riscos são uma tendência aditiva, por sua vez a possibilidade de atualização permite libertar um catálogo *raisonné* em suportes tradicionais da fatal desatualização.

A encerrar a II Parte, o capítulo de Marta Pinho Alves, *Microcinema, uma nova modalidade de produção cinemática do tempo do digital*, toma como ponto de partida um conjunto de alterações ocorridas no campo do cinema por via da sua digitalização e a emergência, como consequência deste fenómeno, de várias novas modalidades de produção cinemática. O enfoque é colocado numa dessas modalidades que se opta designar por microcinema. Para a compreensão desta formulação cinemática constituída por elementos de pequeníssima escala elabora-se, primeiramente, uma digressão histórica, que permite situar a sua génese e, em seguida, a identificação de algumas manifestações contemporâneas que nela podem ser incluídas e os resultados técnicos e estéticos que daí advém. O capítulo propõe que, não obstante as formulações do microcinema poderem coexistir com outras de grande escala, ainda as mais frequentes no âmbito da forma cinema convencional, as modalidades de muito pequena escala são cada vez mais habituais e configuram novas propostas de elaboração cinemática. Entre estas inclui-se o cinema criado por equipas diminutas e com recursos mínimos e o denominado «cinema de bolso».

Na Parte III (*Iniciativas*) deste livro, o leitor pode tomar contacto detalhado com algumas iniciativas de digitalização de património cultural levadas a cabo quer por instituições centrais na preservação e difusão culturais em Portugal (Biblioteca Nacional de Portugal e Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema) quer pelo organismo responsável pelas políticas nas áreas-chave da proteção e valorização de património cultural móvel e imaterial (Direção Geral do Património Cultural). De notar que todas estas iniciativas alimentam e desaguam no portal Europeia, lançado em 2008. O texto de Teresa Barreto Borges, *O efeito Lucas no contexto da museologia cinematográfica* – que, de algum modo, se articula com o capítulo 7 –, começa por apresentar algumas das transformações operadas no ecossistema cinematográfico pela introdução das tecnologias digitais, fixando o impacto nas estruturas tradicionais de produção, distribuição, exibição e arquivo – questões de acesso e preservação digital das imagens em movimento. Numa etapa seguinte, é analisado o projeto European Film Gateway (2008-2011) enquanto experiência de utilização do formato digital para a comunicação do património cinematográfico.



O capítulo de Helena Simões Patrício, *Contexto atual e perspectivas futuras da Biblioteca Nacional Digital*, apresenta os principais eixos de desenvolvimento da Biblioteca Nacional Digital (BND), no atual panorama de aumento exponencial de dados digitais e de disponibilização dessa informação em redes e canais que permitem uma diversidade cada vez maior no acesso, descoberta e reutilização pela comunidade. Após apresentada a estratégia de desenvolvimento da coleção digital e o modelo de informação e metadados que lhe são subjacentes, identificam-se os principais desafios e os constrangimentos que podem condicionar o crescimento sustentável da coleção. Caracteriza-se a topografia e as leis que regem a Internet para melhor evidenciar a importância de disponibilizar os conteúdos digitais não apenas em grandes *hubs*, mas também em serviços agregadores mais específicos, como, por exemplo, o portal Europeana. Consideram-se os novos ambientes que propiciam a reutilização de conteúdos digitais pelas diversas comunidades que com eles podem interagir, exemplificando possíveis plataformas de participação e colaboração, as quais traduzem uma mudança de paradigma para as bibliotecas, em que a atenção se desvia dos conteúdos para os utilizadores, tornando-os parte do sistema e verdadeiros membros da biblioteca.

Em *Sistemas Matriz: ferramentas para a gestão e o acesso ao património cultural*, Paulo Ferreira da Costa faculta uma perspectiva pormenorizada da gama de sistemas de informação Matriz, utilizados pelos Museus e Palácios tutelados pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), assim como pelos próprios serviços centrais desta, designadamente para inventário de coleções museológicas (Matriz 3.0/MatrizNet), inventário de arquivos fotográficos (MatrizPix) e para proteção legal de património imaterial (MatrizPCI). A divulgação do património cultural na internet constitui o objetivo central de todos estes sistemas, num total de mais de 150.000 registos relativos a bens patrimoniais de referência nacional acessíveis em catálogos web nacionais e de c. de 3.000 registos, entre os quais os Tesouros Nacionais dos museus da administração central, acessíveis através do portal Europeana.

Na Parte IV, intitulada *Receções*, concentram-se três textos cujo denominador comum é a particular atenção dada à relação dos indivíduos com o ciberespaço, perscrutando-se as variações em presença nos acessos e nos usos das tecnologias digitais. No capítulo *Participação sócio-cultural e mundos digitais: novas oportunidades, novos constrangimentos*, João Teixeira Lopes parte da situação portuguesa e da sua inserção singular na sociedade em rede, para dar conta da inoperância da divisão analítica entre real e virtual, insistindo, antes, na existência multifacetada e cruzada de um real-real e de um real-virtual e de espaços públicos híbridos. Sinaliza, em seguida, as desigualdades sociais (de género, idade, território e classe) que dividem o universo dos utilizadores portugueses do ciberespaço. O texto finaliza com os desafios que, de acordo com o autor, tais desigualdades colocam à participação social e política.

O texto seguinte, *Modos de relação com a leitura impressa e digital em Portugal*, de José Soares Neves, efetua uma digressão por estudos recentes sobre a temática e um levantamento de tendências nos modos de relação com a atividade de ler em registo analógico e em ambiente digital. O trabalho de sistematização de um conjunto diversificado de dados empíricos pretende contribuir para a discussão da participação e das práticas culturais no

mundo digital no Portugal atual. Conclui-se que, no digital, diversificam-se a oferta de conteúdos culturais e os usos da leitura e da escrita, os quais são crescentemente multifacetados e heterogêneos. Outra conclusão é a manutenção de desigualdades sociais no acesso à leitura, nos dois formatos: a escolaridade e a idade permanecem como variáveis que estão na base das assimetrias sociais das práticas de leitura.

A terminar, o capítulo de Ana Jorge e Maria José Brites, *Culturas juvenis e desfavorecimento digital: o projeto RadioActive101*, propõe uma abordagem das culturas de consumo de música e rádio entre comunidades juvenis face ao contexto do projeto educativo de produção de rádio *online* RadioActive. O projeto é implementado em Portugal desde 2013, com crianças e jovens em situação de semi-exclusão, através de centros de Inclusão Digital do programa Escolhas. Envolve crianças e jovens na produção de programas, incluindo conteúdos jornalísticos, de entretenimento e musicais, para a estação de rádio *online* RadioActive101 – em <http://pt.radioactive101.eu>. Discutem-se as valências e os desafios do projeto no reforço de competências digitais técnicas, mas também jornalísticas, na consciencialização para os direitos de autor, e de uma forma mais vasta ao nível de competências de expressão, criatividade e crítica. De notar como num tema que articula participação, inclusão, criatividade e meios digitais, reaparecem tensões relacionadas com a regulação dos direitos de autor.

A finalizar, vale a pena destacar algumas linhas temáticas que perpassam o tecido diversificado dos treze capítulos que compõem este livro e que sugerem como o tema que serviu de pretexto para a reflexão se expandiu em variadas direções.

Em primeiro lugar, veja-se como a miniaturização de engenhos, aparelhos e até procedimentos, resultantes da tecnologia digital, têm modificado as modalidades de produção de arte e cultura mas também a própria relação dos leitores e espectadores com as produções artísticas e culturais. No caso do *Arquivo LdoD*, que propõe, entre outras hipóteses, permitir ao utilizador/leitor criar a sua própria versão *Livro do Desassossego*, esta obra afirma-se antes de mais como um «motor de produção e organização da escrita», em vez de «unidade concetual e material». Trata-se de um evidente exemplo das alterações na lógica da produção-consumo de informação possibilitadas pelo dispositivo digital e pela rede, discutida no capítulo *Do livro ao arquivo: o dispositivo digital*. Mas outras alterações se produzem, por exemplo, ao nível da capacidade de concentração dedicada aos conteúdos culturais e comunicacionais que são mostrados, cada vez mais, num ecrã eletrónico. Este aspeto, que o capítulo *A hegemonia cibertecnológica em curso – uma perspetiva crítica* também considera, sem ter por referente uma produção cultural específica, é particularmente aprofundado no texto *Catalogar e publicar na cyber-cittá – reflexões a partir da experiência do catálogo raisonné digital de António Dacosta*. Se a possibilidade permanente de atualização da informação constitui uma vantagem clara do catálogo *raisonné* digital, ele também comporta o risco de menos contemplação – risco que mais dá que pensar tratando-se de obras de arte, algumas delas menos conhecidas –, isto dado o dispositivo digital suscitar um acompanhamento acelerado do manancial de dados, numa lógica sem incentivo à suspensão ou à paragem.

Em segundo lugar, fixemos o persistente efeito das desigualdades sociais (de género, idade, território e classe) na divisão e separação do universo dos utilizadores portugueses do ciberespaço, separação escavada pelo ainda minoritário acesso a *smartphones* e respectivas conexões. O tópico surge mais nos capítulos 1, 11, 12 e 13 mas é possível, de certa forma, convocar também o capítulo 2 para esta linha temática. A este propósito, e fixando a ideia de que as desigualdades sociais influenciam a participação social e política, como conclui o capítulo 11, pode questionar-se: qual a efetiva abrangência das possibilidades técnicas de organização e de capacitação, propostas pelas novas tecnologias da informação, como a base para novas utopias, que enlaçam os valores da cultura estética com as capacidades técnicas anunciadas pela revolução digital?

Em terceiro lugar, coloca-se o tema do enquadramento jurídico dos direitos de autor num contexto de acelerada mudança tecnológica digital, em que o abreviar do ciclo de vida das obras e da sua difusão têm questionado a regulação convencionada para a era do analógico, intensificando-se o debate em torno da revisão daquela legislação, de modo a ultrapassar o desfasamento entre práticas sociais e sistemas legais que as regulam. É deste debate, tal como tem decorrido também em Portugal, que trata o capítulo 3, evidenciando como o tema tende a acentuar antagonismos: consumidores opondo-se a autores; consumidores e autores contra empresas de tecnologias de informação e comunicação. Neste sentido, o capítulo final deste livro, em torno do projeto de uma rádio *online* de cariz não profissional e educativo, é também revelador dos dilemas que a cultura enfrenta no tempo do digital. Com efeito, aquele projeto – que recorre à rádio na internet «como uma ferramenta de capacitação das comunidades» e contém uma dimensão de familiarização com os direitos de autor – tem embatido ele mesmo com dificuldades colocadas pela legislação relativa a estes direitos, cujas taxas exigidas colocaram problemas em termos da sustentabilidade daquela rádio *online* como uma estação educativa.

A discussão proposta em *Cultura e Digital em Portugal* teve o seu primeiro patamar num colóquio<sup>1</sup> realizado em 2015, que reuniu parte significativa dos autores que colaboram na presente coletânea. Com este livro, os organizadores acreditam ter conseguido apresentar um conjunto alargado e plural de pontos de vista, assim contribuindo para um pensamento reflexivo e crítico sobre a cultura e o processo de digitalização.

Por contribuir para o enriquecimento do livro, agradecemos a cortesia de Miriam Dacosta, viúva do pintor António Dacosta, ao autorizar a reprodução do quadro *Cena Aberta*.

Ao Museu de Angra do Heroísmo ficamos igualmente gratos pelo empréstimo da imagem de uma obra sob a sua guarda e que figura na capa: António Dacosta, ainda, com um desenho do coelho apressado e preso ao ecrã do seu relógio, numa alusão ao Coelho Branco de *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll.

(1) *Cultura e Digital em Portugal 2015*, realizado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em 17 de junho de 2015. O encontro constituiu uma iniciativa conjunta dos organizadores deste livro, e contou com a participação de investigadores em ciências sociais, programadores e gestores de instituições culturais e ainda de profissionais especializados em sistemas de gestão e preservação do património cultural.

A finalizar, agradecemos à Fundação Calouste Gulbenkian e à Fundação Millennium bcp, duas instituições que têm defendido a cultura, o apoio monetário que contribuiu para a concretização desta obra. No gesto generoso reconhecemos a valorização da investigação e da reflexão, incluindo o que se refere a domínios de estudo menos abordados, sublinhando-se, pois, as ciências sociais como fonte simultânea de cultura e de conhecimento sobre ela.

## REFERÊNCIAS

- MOLES, Abraham (1986), *Théorie Structurale de la Communication et Société*, Paris: Masson.
- MORATÓ, Arturo Rodríguez (2012), «El análisis de la política cultural en perspectiva sociológica. Claves introductorias al estudio del caso español», *RIPS*, vol. 11, n.º 3, pp. 15-38.
- RIBEIRO, António Sousa (1986), «O Povo e o Público. Reflexões sobre a cultura em Portugal no pós-25 de Abril», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20, pp. 11-26.

## SOBRE OS AUTORES

**ANA JORGE** é Professora Auxiliar Convidada na Universidade Católica Portuguesa, Assistente na Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa e investigadora no CICS. NOVA. Doutorada em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa, onde foi Professora Auxiliar Convidada, realizou pós-doutoramento sobre Consumos e culturas de *media* por crianças e jovens, e integrou ou integra projetos e redes internacionais sobre uso e produção de *media* por crianças e jovens, educação para os *media* e audiências (EU Kids Online, RadioActive, ANR Translit, Digital Inclusion, COST IS0906, IS1410, IS1401, CEDAR).

**FERNANDO ROSA DIAS** tem um doutoramento em Ciências da Arte (2009) pela Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa (*A Nova-Figuração nas Artes Plásticas em Portugal*). Mestre em História da Arte Contemporânea (1997) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (edição revista com o título *Ecos Expressionistas na Pintura Portuguesa Entre-Guerras*, 2010). Professor Auxiliar de Ciências da Arte e do Património na FBAUL. Membro do *Centro de Investigação e Estudos em Belas-Artes*. Coordena o mestrado de *Crítica, Curadoria e Teorias da Arte* da FBAUL. Criou e coordena a revista digital *Convocarte – Revista de Ciências da Arte*. Fez parte da equipa de pesquisa do catálogo *KWY, Paris 1958-1968* (2001) e foi o coordenador científico do catálogo *raisonné* de António Dacosta (2014). Tem apresentado conferências e publicado em livros, catálogos e revistas da especialidade, sobretudo universitárias, nacionais e internacionais. Coordenou e co-coordenou vários livros.

**HELENA SIMÕES PATRÍCIO** é licenciada em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, em 1996. Em 1998, concluiu o Curso de Especialização em Ciências Documentais (Faculdade de Letras da UL). Obteve, em 2004, o grau de mestre em Estudos de Informação e Bibliotecas Digitais (ISCTE). É, desde janeiro de 2016, doutoranda na área de Ciências e Tecnologias de Informação (ISCTE). Desde 2007, exerce funções como Diretora de Ser-



viços da Biblioteca Nacional de Portugal, tendo como responsabilidade gerir as coleções especiais; definir os requisitos e normativos técnicos e desenvolver soluções para as diversas funções de gestão e produção de conteúdos de informação digital; planejar e executar o desenvolvimento das coleções digitais, no âmbito da Biblioteca Nacional Digital, bem como projetos conexos, de âmbito nacional e internacional. Participa regularmente em colóquios, seminários e conferências nas seguintes áreas de investigação: metadados, coleções digitais, modelação de informação, dados ligados e web semântica.

**HERMÍNIO MARTINS** (1934-2015) foi um sociólogo luso-britânico cuja vasta obra se encontra publicada em inglês e português, tendo deixado um acervo importante de inéditos atualmente em processo de recolha e sistematização. Licenciou-se em Economia, com especialização em Sociologia, na London School of Economics. Professor emérito da Universidade de Oxford, onde foi docente durante três décadas, e investigador honorário do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Ensinou nas universidades de Leeds, Essex, Oxford, Harvard e Pennsylvania. Autor e editor de, entre muitas outras obras: *Scientific establishments and hierarchies* (co-editor, com Norbert Elias e Richard Whitley, Reidel, 1982); *Knowledge and passion – essays in honour of John Rex* (editor, St Martin's Press, 1993); *Hegel, Texas e outros ensaios de teoria social* (Século XXI, 1996); *Classe, status e poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo* (Imprensa de Ciências Sociais, 2006); *Experimentum Humanum – civilização tecnológica e condição humana* (Relógio D'Água, 2011). Figura marcante das ciências sociais e do pensamento de Portugal e do Reino Unido, foi o primeiro cientista social português a receber, em 2006, o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Lisboa.

**MANUEL PORTELA** é Professor no Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde dirige o Curso de Doutoramento FCT «Estudos Avançados em Materialidades da Literatura». É membro do Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra, sendo o investigador responsável pelo projeto 'Nenhum Problema Tem Solução: Um Arquivo Digital do Livro do Desassossego' (2012-2015). Na última década tem investigado a digitalização da literatura, tendo criado diversos programas no domínio das humanidades digitais. O seu último livro intitula-se *Scripting Reading Motions: The Book and the Computer as Self-Reflexive Machines* (MIT Press, 2013).

**JOÃO TEIXEIRA LOPES** é licenciado em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1992) Mestre em ciências sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (1995) com a dissertação *Tristes Escolas – Um Estudo sobre Práticas Culturais Estudantis no Espaço Escolar Urbano* (Porto, Edições Afrontamento, 1997). Doutorado em Sociologia da Cultura e da Educação (1999) com a dissertação *A Cidade e a Cultura – Um Estudo sobre Práticas Culturais Urbanas* (Porto, Edições Afrontamento, 2000). Professor Catedrático do Departamento de Sociologia da Universidade do Porto e investigador do Instituto de Sociologia da mesma universidade.

**JOSÉ LUÍS GARCIA** é doutor em Sociologia pela Universidade de Lisboa, após ter feito estudos doutorais na London School of Economics. É Investigador Principal do quadro do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e tem lecionado em várias universidades portuguesas e estrangeiras. Foi Presidente do Observatório das Actividades Culturais (OAC) entre 2009 e 2013. Recentemente, coordenou a investigação «Mapear os Recursos, levantamento da legislação, caracterização dos atores, comparação internacional», integrada no Plano de Estudos sobre a Cultura promovido pelo SEC e conduzida institucionalmente pelo ICS-ULisboa. A sua bibliografia mais recente inclui *Pierre Musso and the Network Society: From Saint-Simonianism to the Internet* (editor, Springer, 2016), *La Contribution en ligne: Pratiques participatives à l'ère du capitalisme informationnel* (co-editor com S. Proulx e L. Heaton, Presses de l'Université du Québec, 2014), *Estudos sobre os jornalistas portugueses. Metamorfozes e encruzilhadas no limiar do século XXI* (editor, Imprensa de Ciências Sociais, 2009), *Razão, Tempo e Tecnologia: Estudos em Homenagem a Hermínio Martins* (coeditor, Imprensa de Ciências Sociais, 2006) e *Dilemas da Civilização Tecnológica* (coeditor, Imprensa de Ciências Sociais, 2003).

**JOSÉ SOARES NEVES** é doutor em sociologia da comunicação, da cultura e da educação (ISCTE). É investigador de pós-doutoramento (SFRH/BPD/84919/2012) no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) e Professor Auxiliar Convidado no Departamento de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Publicou diversos trabalhos (como autor ou coautor) nos campos da sociologia da cultura e das políticas culturais e nos domínios das indústrias culturais (música e livro), da leitura e dos museus. Foi investigador do Observatório das Actividades Culturais (OAC) durante a sua existência (1996 a 2013) e presidente do Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura do Conselho Superior de Estatística (2006 a 2010). Atualmente as suas principais áreas de investigação são a leitura na era digital e os públicos dos museus. É autor de «Cultura de Leitura e Classe Leitora em Portugal», *Sociologia Problemas e Práticas*, 78, pp. 67-86 (2015).

**MARIA AUGUSTA BABO** é Professora Associada com Agregação, no Departamento de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, onde leciona nas áreas de Textualidades, Cultura e Subjectividade e orienta teses de doutoramento e mestrado. É Presidente do Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens. Integra a Comissão Directiva do Doutoramento FCT em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade. Participa em colóquios e congressos da especialidade. Das publicações de 2015 destacam-se: «As intermitências do íntimo», in: *Deslocações da intimidade*, Coordenação de Né Barros e Filipe Martins, Porto, Family Film Project, Balletatro/ Instituto de Filosofia, Grupo Estética, Política e Artes (UP); ISBN 978-989-96484-3-2, pp. 17-26. Co-coordenadora, com Maria Lucília Marcos e Ricardo Santos, *Jacques Derrida*, Lisboa: CECL/UNYLEYA, ebook, Coleção Cultura, Media e Artes n.º 3, 294 pp., ISBN Portugal 9789899850347 | ISBN Brasil 9788544101452.

**MARIA JOSÉ BRITES** leciona na Universidade Lusófona do Porto (desde 2008), onde é Professora Auxiliar desde 2013. É investigadora do CECS/UMinho, onde realiza pós-doutoramento em Ciências da Comunicação. Foi coordenadora em Portugal (2013-2014) do projeto RadioActive Europe (531245-LLP-1-2012-1-UK-KA3-KA3). Integra redes europeias de investigação (COST IS1401, COST IS1410 e CEDAR) e um projeto europeu (Cross-media news repertoires as democratic resources). Os seus interesses de pesquisa incluem Estudos da juventude, Jornalismo e participação, Estudos de audiências, Literacia para as notícias e literacia cívica. Neste âmbito, dinamiza o blogue [ANLiteMedia](http://ANLiteMedia).

**MARIA TERESA CRUZ** é doutorada em Comunicação e Cultura e professora no Departamento de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde leciona nos domínios da Teoria da Imagem, da Teoria dos Media e das Artes Contemporâneas. É investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, que dirigiu entre 2011-2015, tendo também coordenado, entre 2008 e 2011, a Linha de Investigação em Comunicação e Artes. Em 2001 fundou a revista digital Interact – Revista On Line de Arte Cultura e Tecnologia ([www.interact.com.pt](http://www.interact.com.pt)), que dirigiu até 2006. A sua investigação e atividade pública têm-se centrado na cultura e nas artes, com enfoque nos novos *media* e na relação entre as técnicas culturais, as artes contemporâneas e o património.

**MARTA PINHO ALVES** é doutora em Sociologia, especialização em Comunicação, Cultura e Estilos de Vida, pelo ICS-UL, com a tese *Cinema 2.0: modalidades de produção cinematográfica do tempo do digital*, e mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, pelo ISCTE-IUL, com a dissertação *A Cibercultura e o Cinema de Shinya Tsukamoto: Um estudo a partir do díptico Tetsuo*. É Professora Adjunta da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal. Nesta instituição é responsável por várias unidades curriculares das áreas da Comunicação Cultural e da Imagem em Movimento. É coordenadora do Centro de Investigação em Educação e Formação do IPS e cocoordenadora do curso de licenciatura em Comunicação Social. É membro da Associação dos Investigadores de Imagem em Movimento (AIM), no âmbito da qual coordena o Grupo de Trabalho sobre Cultura Visual Digital. O seu trabalho de investigação incide preferencialmente nas imagens em movimento e na sua relação com a digitalização.

**PAULO FERREIRA DA COSTA** é desde 2015 diretor do Museu Nacional de Etnologia, onde exerceu funções de técnico superior entre 1993 e 2001. Na Direção-Geral do Património Cultural desempenhou funções de técnico superior para a área do património imaterial (2014-2015) e de chefe da divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial (2012-2014). Foi diretor do Departamento de Património Imaterial do Instituto dos Museus e da Conservação (2007-2012) e diretor de serviços de Inventário do Instituto Português de Museus (2002-2007). É autor de diversos trabalhos sobre culturas populares de matriz rural, museologia etnológica, inventário e gestão de coleções museológicas e património

imaterial. No âmbito das funções desempenhadas no IPM/IMC/DGPC, foi responsável pela conceção e coordenação do desenvolvimento tecnológico dos seguintes sistemas para inventário, gestão e divulgação em linha de património móvel e imaterial: *MatrizPCI – Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial* (2011); *Matriz 3.0* (2010); *Matriz-Net* (v. 3.0, 2011) *MatrizPix* (2008) e *Base de Dados Kit de Recolha de Património Imaterial* (2014). Habilitações académicas: licenciatura em Antropologia (1991), pós-graduação em Antropologia (1993) e frequência do doutoramento em Antropologia (2009-2010) pela FCSH/UNL.

**TERESA BARRETO BORGES** é licenciada em Comunicação Social (ramo científico) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1994), com pós-graduação em Ciências Documentais pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2005). Em fevereiro de 1993 integra a equipa do Centro de Documentação e Informação da Cinemateca Portuguesa, serviço que coordena desde junho de 1998. No âmbito da sua atividade profissional, tem participado em diversos projetos internacionais, nomeadamente a revisão das regras de catalogação de filmes da Federação Internacional de Arquivos de Filmes – FIAF e o projeto *European Film Gateway* (2008-2011).

**TERESA DUARTE MARTINHO** é investigadora, em regime de pós-doutoramento, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Licenciada em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), onde também obteve o grau de mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação. Doutorada em Sociologia pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Entre 1996 e 2011, integrou a equipa de investigadores do Observatório das Actividades Culturais (OAC), criado por iniciativa do Ministério da Cultura. Jornalista entre 1990 e 1996, com trabalho focado nos sectores da cultura e das artes. Integrou a equipa do estudo «Mapear os Recursos, levantamento da legislação, caracterização dos atores, comparação internacional», inserido no Plano de Estudos sobre a Cultura promovido pelo SEC e conduzida institucionalmente pelo ICS-ULisboa. Artigos recentes: «O Livro do desassossego, de Fernando Pessoa, no cinema. Distribuição e exibição do filme de João Botelho» (in *Tempo Social*, vol. 27, n.º 2, 2015); «Mapping cultural policy in Portugal: From incentives to crisis» (em coautoria, in *International Journal of Cultural Policy*, 2016).